



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Relatório de Atividades

XIII Legislatura
1.ª Sessão Legislativa

O presente Relatório foi aprovado na reunião de dia 14 de setembro de 2016.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ÍNDICE

1. Introdução
2. Organização interna
3. Reuniões
4. Iniciativas legislativas nacionais
5. Escrutínio de iniciativas europeias
6. Petições
7. Outros pareceres/relatórios
8. Debates em Sessão Plenária
9. Audições
10. Audiências
11. Cooperação interparlamentar

1. Introdução

O presente Relatório de Atividades diz respeito à atividade desenvolvida pela Comissão de Assuntos Europeus (CAE) na 1ª sessão legislativa da XIII Legislatura, entre 12 de novembro de 2015 e 14 de setembro de 2016.

As atividades desenvolvidas pela Comissão descritas no presente Relatório foram, assim, realizadas num período reduzido em vicissitude das eleições legislativas de outubro de 2015 com a consequente instalação das Comissões a ocorrer apenas em 12 de novembro desse ano.

A atividade da Comissão durante a primeira sessão legislativa ficou igualmente marcada pelos trabalhos preparatórios e posterior adoção, pela CAE, de uma nova metodologia de escrutínio de iniciativas europeias na Assembleia da República e que entrou em vigor no dia 1 de junho de 2016.¹

Em momento prévio à entrada em vigor da nova metodologia de escrutínio foi adotada pela Assembleia da República o conjunto de iniciativas europeias para efeito de escrutínio no âmbito do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016², aprovadas na sessão plenária de 8 de abril de 2016.

Em síntese, no decurso desta sessão legislativa, a CAE aprovou 38 pareceres de escrutínio³, destacando-se, entre outros, os trabalhos de apreciação das iniciativas nos domínios das fronteiras externas, da elisão fiscal, da energia e dos trabalhadores.

No quadro do acompanhamento e apreciação da participação portuguesa no processo de construção da União Europeia, a CAE promoveu uma audição pública, no dia 16 de fevereiro de 2016 sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016, sendo de assinalar a presença do Comissário Christos Stylianides, responsável pelas áreas da ajuda humanitária e gestão de crises, de Deputados portugueses ao Parlamento Europeu e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva.

¹ V. infra, capítulo 5, pág. 8

² [Resolução da Assembleia da República n.º 74/2016](#)

³ Correspondem aos Pareceres enviados pela Assembleia da República às instituições europeias (RPE-UE), sem prejuízo de a Comissão de Assuntos Europeus ter recebido e apreciado um número superior de iniciativas, mas que não resultaram na aprovação de um Parecer.

Refira-se, ainda, a realização de reuniões em conjunto com as comissões permanentes competentes, bem como de 29 audições, entre as quais das Deputadas portuguesas ao Parlamento Europeu Maria João Rodrigues e Sofia Ribeiro.

No que diz respeito ao processo regular de consulta entre a Assembleia da República e o Governo, no quadro da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, a CAE realizou quatro reuniões com a presença da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus para debater os resultados dos Conselhos Europeus realizados neste período.

Ainda no âmbito do processo regular de consulta entre a Assembleia da República e o Governo, realizaram-se cinco reuniões com o Ministro dos Negócios Estrangeiros: uma das quais, em 3 de março de 2016, no âmbito da apreciação na especialidade do Orçamento de Estado para 2016, em conjunto com a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, e as demais em 22 de dezembro de 2015, em 26 de abril, 31 de maio e 12 de julho de 2016, nos termos do artigo 104.º do Regimento da AR.

Cumprе assinalar a realização no dia 1 de março de 2016, da audição do Presidente do Tribunal de Contas Europeu, Vítor Caldeira, em conjunto com a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, para apresentação do Relatório Anual do Tribunal de Contas Europeu, relativo ao exercício de 2014. Nessa mesma audição foi apresentado o Relatório Especial n.º 18/2015 sobre a “Assistência financeira prestada a países em dificuldade”, com a presença do relator, inovação que se deverá manter futuramente sempre que haja relatórios especiais de interesse para acompanhamento por parte da Assembleia da República.

No quadro das audições de personalidade nomeadas ou designadas pelo Governo para cargos da União Europeia, nos termos do artigo 7.º-A da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, realizaram-se um conjunto de nove audições: num primeiro momento no mês de abril, para o cargo de Juiz nacional no Tribunal Geral da União Europeia, posteriormente no mês de junho, para uma segunda vaga de Juiz nacional no Tribunal Geral da União Europeia e, por fim, ainda no mês de junho, para o cargo de Juiz do Tribunal de Contas Europeu.

Das atividades realizadas na 1.ª sessão legislativa é de destacar a **Conferência Comemorativa dos 30 anos de adesão de Portugal à CEE** organizada pela CAE e que teve lugar na Sala do Senado da Assembleia da República, no dia 21 de junho.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

A Conferência contou na sua sessão de abertura com a intervenção inicial do Senhor Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, precedida por uma intervenção do Senhor Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, tendo participado nos dois painéis previstos Ilda Figueiredo, António Vitorino, Paulo Portas, Duarte Freitas, Luís Amado, Luís Queiró, João Ferreira do Amaral e Vítor Martins, com moderação das jornalistas Luísa Meireles e Rebecca Abecassis.

No âmbito das Presidências do Conselho da União Europeia, a Comissão de Assuntos Europeus convidou a apresentarem as prioridades das respetivas presidências em reuniões da Comissão, no dia 19 de janeiro de 2016, o Embaixador dos Países Baixos Bijl de Vroe e, no dia 17 de junho de 2016, o Embaixador da Eslováquia, Jozef Adamec.

No que concerne à cooperação interparlamentar, a Comissão de Assuntos Europeus participou nas LIV e LV reuniões da COSAC, no Luxemburgo e em Haia, respetivamente. No âmbito da preparação da COSAC, a Presidente da CAE participou nas reuniões de Presidentes das comissões de assuntos europeus em Haia e em Bratislava. De realçar ainda a participação desta Comissão nas Conferências Interparlamentares de Acompanhamento da Política Externa e Segurança Comum e Política Comum de Segurança e Defesa (PESC-PCSD) realizadas em Haia e em Bratislava.

De igual modo, após acompanhamento do Semestre Europeu, desde o seu lançamento, a CAE indicou ainda Deputados para a delegação da AR que participou na Semana Parlamentar Europeia, em Bruxelas, dedicadas à governação económica e financeira da União Europeia.

Registou-se, ainda, a participação de Deputados da CAE na conferência interinstitucional sobre o futuro financiamento da UE, nos dias 7 e 8 de setembro, em Bruxelas.

O presente Relatório aborda, de forma muito sintética, as atividades desenvolvidas ao longo da 1.ª sessão legislativa da XIII Legislatura, encontrando-se nos vários anexos, que deste são parte integrante, os respetivos detalhes.

Toda a atividade da Comissão de Assuntos Europeus é publicitada na respetiva [página internet](#).

2. Organização Interna

A Comissão de Assuntos Europeus é presidida pela Senhora Deputada Regina Bastos (PSD), tendo como Vice-Presidentes os Senhores Deputados Eurico Brilhante Dias (PS) e Paula Santos (PCP). A Comissão é composta por 23 Deputados efetivos e por 23 Deputados suplentes, em representação de cinco partidos políticos com assento Parlamentar com a seguinte distribuição: nove Deputados do PSD; nove Deputados do PS; dois Deputados do BE; dois Deputados do CDS-PP; um Deputado do PCP.

A Comissão constituiu um grupo de trabalho informal com vista à revisão da metodologia de escrutínio das iniciativas europeias na Assembleia da República vigente, aprovada em 8 de janeiro de 2013. Este grupo de trabalho informal reuniu pela primeira vez em 17 de dezembro de 2015, com a seguinte composição; Deputado Eurico Brilhante Dias (PS), coordenador; Carlos Costa Neves (PSD); Isabel Pires (BE); Pedro Mota Soares (CDS-PP) e Paula Santos (PCP). Esgotada a atividade deste grupo de trabalho informal, com a aprovação pela CAE do documento proposto para implementar uma nova metodologia de escrutínio na AR, a Comissão constituiu o Grupo de Trabalho – Iniciativas Europeias, que teve a sua primeira reunião em 14 de abril de 2016, com a seguinte composição: Deputado Eurico Brilhante Dias (PS), coordenador; Duarte Marques (PSD); Isabel Pires (BE); Pedro Mota Soares (CDS-PP) e Paula Santos (PCP).

3. Reuniões

Durante o período em análise a CAE efetuou um total de 66 reuniões, das quais 45 foram reuniões com carácter ordinário, 8 com carácter extraordinário, 11 da Mesa e Coordenadores, 1 da Mesa e 1 da Presidente e Coordenadores dos Grupos Parlamentares. As reuniões ocorreram nas seguintes datas:

Mês	Dia	Total
Novembro de 2015	12, 17 *, 18, 24	5
Dezembro de 2015	9, 15, 22*	4
Janeiro de 2016	5, 12, 19, 21, 26	5
Fevereiro de 2016	2**, 3, 10, 11, 12, 16*, 17, 22, 24	12
Março de 2016	1, 3, 8, 17, 22, 29**	8
Abril de 2016	5*, 6, 8*, 13, 19*, 26	9
Mai de 2016	3**, 5, 11, 17*, 19*, 24, 31	11
Junho de 2016	14, 17, 21, 22, 29	5
Julho de 2016	5, 12, 13, 19, 20, 26	6
Setembro de 2016	14	1
TOTAL		66

(*) Neste dia foram realizadas duas reuniões (**) Neste dia foram realizadas três reuniões

As atas das reuniões mencionadas no quadro anterior encontram-se disponíveis na [página da internet](#) da Comissão.

Grupo de Trabalho – Iniciativas Europeias

Durante o período em análise o Grupo de Trabalho efetuou um total de 15 reuniões que ocorreram nas seguintes datas:

Mês	Dia	Total
Abril de 2016	14, 19, 26	3
Maio de 2016	3, 17	2
Junho de 2016	9, 14, 22, 29*	5
Julho de 2016	5, 12, 19, 26	4
Setembro de 2016	14	1
TOTAL		15

(*) Neste dia foram realizadas duas reuniões

Ao longo da 1.^a sessão legislativa regista-se o seguinte cômputo geral de presenças e faltas de Deputados às reuniões da Comissão de Assuntos Europeus, conforma quadro *infra*:

Grupo Parlamentar	Total de Presenças	Faltas Justificadas	Faltas Injustificadas	Trabalho Parlamentar	Total de Ausências	Total de reuniões
PSD	474	30	9	48	87	66
PS	401	87	11	62	161	
BE	69	31	1	13	45	
CDS-PP	87	24	3	9	36	
PCP	57	6	1	4	11	
Totais	1088	178	25	136	340	

NB: Registo relativo às reuniões da Comissão de Assuntos Europeus

4. Iniciativas legislativas nacionais

Na 1.^a sessão legislativa, a Comissão de Assuntos Europeus apresentou os seguintes projetos de resolução:

- Projeto de Resolução n.º 188/XIII – Adoção pela Assembleia da República das iniciativas europeias consideradas prioritárias para efeito de escrutínio, no âmbito do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016;
- Projeto de Resolução n.º 246/XIII – Aprova Parecer Fundamentado sobre a violação do princípio da Subsidiariedade pela Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à criação de um mecanismo de intercâmbio de informações sobre acordos intergovernamentais e instrumentos não vinculativos entre Estados-Membros e países terceiros no domínio da energia e que revoga a Decisão n.º 994/2012/UE;
- Projeto de Resolução n.º 418/XIII – Apreciação do Relatório sobre Portugal na União Europeia 2015.

Foram igualmente apreciados pela Comissão os seguintes projetos de resolução:

- Projeto de Resolução n.º 30/XIII (PSD) Estudos de impacto nas negociações comerciais nas Regiões Ultraperiféricas;
- Projeto de Resolução n.º 300/XIII (PSD) Recomenda o Reforço do Quadro Jurídico Comunitário de modo a aumentar a transparência nas transações financeiras;
- Projeto de Resolução n.º 317/XIII (PS) Recomenda o reforço e o aprofundamento da coordenação e ação europeia em matéria de transparência no domínio da fiscalidade e nas transações financeiras;
- Projeto de Resolução n.º 350/XIII (PS) Recomendações ao Governo no âmbito das negociações em curso do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento EU-EUA (TTIP);
- Projeto de Resolução n.º 362/XIII (CDS-PP) Recomenda medidas para aumentar a coordenação da ação europeia em matéria de transparência no domínio da fiscalidade e do combate à elisão fiscal.

5. Escrutínio de Iniciativas Europeias

A Comissão de Assuntos Europeus criou um grupo de trabalho informal encarregue de rever até final do mês de fevereiro a metodologia de escrutínio de assuntos europeus na Assembleia da República ainda vigente, adotada em 8 de janeiro de 2013, donde resultou uma proposta de um novo procedimento consensualizado em reunião da CAE ainda no mês de março. O prazo definido para a sua implementação foi o dia 1 de junho, permitindo um período de sensibilização e de apresentações desta nova metodologia⁴ com vista a contribuir para uma melhoria na qualidade dos relatórios produzidos pelas Comissões Parlamentares competentes em razão da matéria e dos Pareceres da Comissão de Assuntos Europeus, aumentar a capacidade da Assembleia da República influenciar o processo de decisão no âmbito da legislação europeia, bem como para uma maior permitir uma maior efetividade no exercício dos poderes de acompanhamento e fiscalização do Governo pela Assembleia da República.

O escrutínio parlamentar de iniciativas europeias, nos termos da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, no decurso desta sessão legislativa a CAE, pautou-se, portanto, por uma convivência de metodologias, da qual resultou o envio de 38 Pareceres da Assembleia da República (RPE-UE) para as instituições europeias, ao abrigo do diálogo político com a Comissão Europeia.

Pode-se, assim, dizer que se verifica uma redução em relação a períodos anteriores no envio do número de pareceres da Assembleia da República às instituições europeias para o que terá contribuído:

- A implementação em 1 de junho de 2016 da nova metodologia de escrutínio de iniciativas europeias adotada em março deste ano pela Assembleia da República;
- Os efeitos da aplicação da metodologia de escrutínio adotada pela Assembleia da República em janeiro de 2013;
- A adoção pela Assembleia da República, ainda no primeiro quadrimestre do corrente ano, das iniciativas consideradas prioritárias para efeito de escrutínio no âmbito do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2015.⁵

⁴ Junto da Conferência de Líderes, Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares, Comissões Parlamentares permanentes, tendo ainda havido uma intervenção em Sessão Plenária da Senhora Presidente da Comissão sobre este assunto.

⁵ [Resolução da Assembleia da República n.º 74/2016](#)

Destaque-se a aprovação de um Parecer Fundamentado em relação à Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à criação de um mecanismo de intercâmbio de informações sobre acordos intergovernamentais e instrumentos não vinculativos entre Estados-Membros e países terceiros no domínio da energia e que revoga a Decisão n.º 994/2012/UE - [\[COM\(2016\)53\]](#). O Parecer Fundamentado foi aprovado em Sessão Plenária do dia 15 de abril de 2016.

6. Petições

A Petição n.º 124/XIII/1.^a – *Pelo debate e decisão sobre a ratificação do CETA na Assembleia da República* - deu entrada na Assembleia da República a 8 de junho de 2015, nos termos dos números 2 e 3 do artigo 9.º da [Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto](#) (Terceira alteração à Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, alterada pela Lei n.º 6/93, de 1 de março, e pela Lei n.º 15/2003, de 4 de junho), designada por Lei do Exercício do Direito de Petição (LEDP). Trata-se de uma petição exercida coletivamente, sendo a “Plataforma Não ao Tratado Transatlântico” a primeira peticionária.

Nesta Petição requer-se que o texto do CETA e as suas consequências sejam debatidos publicamente na Assembleia da República e que a decisão sobre a sua ratificação ou não ratificação tenha lugar na Assembleia da República.

Em reunião da CAE de 5 de julho de 2016 foi aprovada por unanimidade a sua admissibilidade e a mesma conta com total de 4 230 peticionários devendo, nos termos da lei, ser debatida em reunião no Plenário.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

7. Outros pareceres/relatórios

A Comissão de Assuntos Europeus foi chamada a emitir parecer sobre a Proposta de Lei n.º 11/XIII - Grandes Opções do Plano 2016-2019 e sobre a Proposta de Lei n.º 12/XIII - Orçamento de Estado para 2016.

O Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016 foi enviado a todas as Comissões Parlamentares permanentes e às Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, tendo sido objeto de debate no dia 16 de fevereiro de 2016, em audição pública, organizada pela Comissão de Assuntos Europeus e que contou com a presença do Comissário Christos Stylianides, responsável pelas áreas da ajuda humanitária e gestão de crises, de Deputados portugueses ao Parlamento Europeu e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva.

A Comissão solicitou às restantes Comissões Parlamentares a elaboração de pareceres relativamente ao Relatório sobre o acompanhamento da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, apresentado pelo Governo à Assembleia da República.

A apreciação deste relatório deu origem à [Resolução da Assembleia da República n.º 174/2016 de 20 de julho](#)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

8. Debates em Sessão Plenária

Para além dos debates com a participação do Primeiro-Ministro preparatórios do Conselho Europeu, no quadro de um reforço do acompanhamento dos assuntos europeus pela Assembleia da República, conforme documento aprovado em março pela CAE para a implementação de uma nova metodologia de escrutínio, e nos termos previstos no n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, foram realizados os seguintes debates em Sessão Plenária de dia 20 de julho de 2016 sobre:

- As prioridades da Presidência da Eslováquia no Conselho Europeu;
- O relatório do Governo sobre a participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, relativo ao ano de 2015.

Regista-se, ainda, o seguinte Debate de Urgência, a pedido do PEV, em Sessão Plenária de 5 de maio de 2016:

- Sobre "Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) e o Acordo Económico e Comercial Global (CETA).

9. Audições

Foram realizadas 29 audições, entre as quais das Deputadas portuguesas ao Parlamento Europeu Maria João Rodrigues e Sofia Ribeiro. No que diz respeito ao processo regular de consulta entre a Assembleia da República e o Governo, no quadro da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, a CAE realizou quatro reuniões com a presença da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus para debater os resultados dos Conselhos Europeus realizados neste período.

Ainda no âmbito do processo regular de consulta entre a Assembleia da República e o Governo, realizaram-se cinco reuniões com o Ministro dos Negócios Estrangeiros: uma das quais, em 3 de março de 2016, no âmbito da apreciação na especialidade do Orçamento de Estado para 2016, em conjunto com a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, e as demais em 22 de dezembro de 2015, em 26 de abril, 31 de maio e 12 de julho de 2016, nos termos do artigo 104.º do Regimento da AR.

Refira-se, também, a audição do Presidente do Tribunal de Contas Europeu, Vítor Caldeira, para apresentação do Relatório Anual referente ao exercício de 2014, na qual foi também apresentado, com a presença do relator, o Relatório Especial n.º 18/2015 sobre a “Assistência financeira prestada a países em dificuldade.”

Por último, foram também ouvidos para apresentação das prioridades das Presidências do Conselho da União Europeia dos respetivos países, o Embaixador dos Países Baixos e o Embaixador da Eslováquia.

10. Audiências

A Comissão de Assuntos Europeus realizou na 1.ª Sessão Legislativa, 13 audiências. Neste âmbito, cumpre destacar a audiência concedida em 8 de março de 2016 pela Comissão de Assuntos Europeus ao Ministro-Adjunto para os Assuntos Europeus da Grécia, Nikos Xydakis, sobre a crise dos refugiados, com especial incidência da situação na Grécia, bem como sobre o Acordo UE-Turquia neste domínio.

11. Cooperação Interparlamentar

A Comissão de Assuntos Europeus integrou delegações da Assembleia da Republica a reuniões interparlamentares, em paralelo à participação nas seguintes reuniões no âmbito da Conferência dos Órgãos Parlamentares Especializados nos Assuntos da União (COSAC):

- LIV COSAC, no Luxemburgo, e em que foram analisadas as seguintes matérias:
 - Agenda Europeia da Migração;
 - Estratégia Europeia para um Mercado Único Digital;
 - Política de Alargamento.
- Reunião de Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus, preparatória da LV COSAC, em Haia.
- LV COSAC, em Haia, e em que foram analisadas as seguintes matérias:
 - Escrutínio Parlamentar;
 - O papel dos Parlamentos nacionais na proteção do Estado de Direito na União Europeia;
 - Diplomacia Parlamentar;
 - Tribunal de Contas Europeu;
 - Migrações.
- Reunião de Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus, preparatória da LVI COSAC, em Bratislava.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Por último, cumpre registar a participação da Comissão de Assuntos Europeus na Conferência sobre a Governação Económica da União Europeia (artigo 13º do TCEG), em Bruxelas, e nas Conferências Interparlamentares para acompanhamento da Política Externa e de Segurança Comum e Política Comum de Segurança e Defesa (PESC-PCSD), que decorreram em Haia nos dias 6 a 8 de abril de 2016, no âmbito da Presidência neerlandesa do Conselho da União Europeia, e em Bratislava, de 2 a 4 de setembro de 2016, no âmbito da Presidência eslovaca do Conselho da União Europeia.

Palácio de S. Bento, 14 de setembro de 2016

A PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Regina Bastos)

Anexo I
Iniciativas Legislativas
Projetos de Resolução

N.º	Título	Data	Autor	Publicação
30	Estudos de impacto nas negociações comerciais nas Regiões Ultraperiféricas	2016-01-13	PSD	[DAR II série A 28 XIII/1 2016-01-12 pág 42]
188	Adoção pela Assembleia da República das iniciativas europeias consideradas prioritárias para efeito de escrutínio, no âmbito do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016	2016-03-17	Comissão de Assuntos Europeus	[DAR II série A 59 XIII/1 2016-03-17 pág 48]
246	Aprova Parecer Fundamentado sobre a violação do princípio da Subsidiariedade pela Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à criação de um mecanismo de intercâmbio de informações sobre acordos intergovernamentais e instrumentos não vinculativos entre Estados-Membros e países terceiros no domínio da energia e que revoga a Decisão n.º 994/2012/UE	2016-04-13	Comissão de Assuntos Europeus	[DAR II série A 69 XIII/1 2016-04-13 pág 43 - 44]
300	Recomenda o Reforço do Quadro Jurídico Comunitário de modo a aumentar a transparência nas transações financeiras	2015-05-20	PSD	[DAR II série A 77 XIII/1 2016-05-04 pág 51 - 53]
317	Recomenda o reforço e o aprofundamento da coordenação e ação europeia em matéria de transparência no domínio da fiscalidade e nas transações financeiras	2016-05-12	PS	[DAR II série A 80 XIII/1 2016-05-12 pág 80 - 83]



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

350	Recomendações ao Governo no âmbito das negociações em curso do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento EU-EUA (TTIP)	2016-05-27	PS	[DAR II série A 88 XIII/1 2016-05-28 pág 128 - 130]
362	Recomenda medidas para aumentar a coordenação da ação europeia em matéria de transparência no domínio da fiscalidade e do combate à elisão fiscal	2016-06-06	CDS-PP	[DAR II série A 93 XIII/1 2016-06-06 pág 29 - 31]
418	Apreciação do Relatório sobre Portugal na União Europeia 2015	2016-07-06	Comissão de Assuntos Europeus	[DAR II série A 107 XIII/1 2016-07-06 pág 77 - 78]

Anexo II

Distribuição de Iniciativas Europeias por comissão competente*

Comissão	Total
Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	27
Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	21
Defesa Nacional	11
Assuntos Europeus	9
Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa	14
Economia, Inovação e Obras Públicas	22
Agricultura e Mar	8
Educação e Ciência	5
Saúde	1
Trabalho e Segurança Social	9
Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação	4
Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto	13
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	9
Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira	4
TOTAL	157

* O número de total de distribuições de iniciativas europeias não tem necessária correspondência com o número de iniciativas europeias recebidas na Assembleia da República, na medida em que há iniciativas europeias que abrangem competências da responsabilidade de diferentes comissões parlamentares. Assim, uma mesma iniciativa europeia pode ser objeto de distribuição a diferentes Comissões parlamentares em razão das matérias abrangidas.

Note-se que na presente sessão legislativa para além das Comissões apenas terem sido instaladas em 12 de novembro de 2015, a distribuição das iniciativas às Comissões alterou-se de acordo com a nova metodologia de escrutínio aprovada pela CAE no mês de março, procedendo-se ao envio semanal às Comissões Parlamentares competentes de listas das iniciativas entradas na AR e disponibilizadas no Portal das Iniciativas Europeias, apenas sendo distribuídas às Comissões as iniciativas sinalizadas pela CAE ou aquelas que as Comissões Parlamentares expressamente solicitaram.

Relatórios elaborados e aprovados por Comissão

Comissão	N.º Relatórios*
Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	13
Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	8
Defesa Nacional	10
Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa	10
Economia, Inovação e Obras Públicas	8
Agricultura e Mar	2
Educação e Ciência	3
Saúde	2
Trabalho e Segurança Social	5
Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação	3
Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto	13
TOTAL	77

*Inclui relatórios relativos ao relatório do Governo sobre a participação de Portugal na UE

Relatórios elaborados e aprovados por Assembleia Legislativa

Comissão	N.º Relatórios
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	3
Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira	5
TOTAL	8

Pareceres aprovados pela CAE*

Comissão	Pareceres aprovados
Assuntos Europeus	44

* O número de pareceres aprovados pela CAE não tem necessária correspondência com o número de relatórios elaborados pelas Comissões competentes, na medida em que há iniciativas europeias que abrangem competências da responsabilidade de diferentes Comissões parlamentares. Assim, uma iniciativa europeia pode ser objeto de diversos relatórios de diferentes Comissões parlamentares, de que resultará um único parecer aprovado na CAE.

Escrutínio de Iniciativas Europeias

Pareceres da AR remetidos à UE (RPE-UE)		TOTAL RPE-UE**
S/ Resolução da AR	C/ Resolução da AR	
37	1*	38

*Parecer Fundamento em relação à Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à criação de um mecanismo de intercâmbio de informações sobre acordos intergovernamentais e instrumentos não vinculativos entre Estados-Membros e países terceiros no domínio da energia e que revoga a Decisão n.º 994/2012/UE – [\[COM\(2016\)53\]](#).

** O número de RPE-UE diz respeito ao número de iniciativas escrutinadas pela Assembleia da República enviadas às instituições europeias, que não corresponde ao número de pareceres aprovados na CAE, pois estes incluem outro tipo de iniciativas (GOP2016/OE2016/Estratégia Global da UE / Ato Eleitoral / Relatório do Governo sobre a participação de Portugal na UE).

Anexo III

Audições

N.º	Data	Entidade	Assunto
29-CAE-XIII	2016-07-13	Embaixadora do Reino Unido, Kirsty Isobel Hayes	Audição da Embaixadora do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte em Portugal
28-CAE-XIII	2016-07-12	Min. dos Negócios Estrangeiros	Audição Parlamentar ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do regimento da Assembleia da República
27-CAE-XIII	2016-07-05	S.E. dos Assuntos Europeus Min. dos Negócios Estrangeiros	Audição da Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, após Conselho Europeu de 28 e 29 de junho de 2016 (alínea f), do artigo 4.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio).
26-CAE-XIII	2016-06-29	Dr. Rui Mourato	Audição no âmbito do processo de designação do Juiz do Tribunal de Contas Europeu, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 7.º-A, da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, Lei que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República, no âmbito do processo de Construção da União Europeia, conjunta com a Comissão de Orçamento, finanças e Modernização Administrativa
25-CAE-XIII	2016-06-29	Dra Helena Abreu Lopes	Audição no âmbito do processo de designação do Juiz do Tribunal de Contas Europeu, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 7.º-A, da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, Lei que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República, no âmbito do processo de Construção da União Europeia, conjunta com a Comissão de Orçamento, finanças e Modernização Administrativa
24-CAE-XIII	2016-06-29	Dr. João Figueiredo	Audição no âmbito do processo de designação do Juiz do Tribunal de Contas Europeu, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 7.º-A, da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, Lei que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República, no âmbito do processo de Construção da União Europeia, conjunta com a Comissão de Orçamento, finanças e Modernização Administrativa
23-CAE-XIII	2016-05-31	Min. dos Negócios Estrangeiros S.E. dos Assuntos Europeus	Audição Parlamentar ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do regimento da Assembleia da República
22-CAE-XIII	2016-05-24	Deputada ao Parlamento Europeu, Sofia Ribeiro	Audição da deputada ao Parlamento Europeu, Sofia Ribeiro

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

N.º	Data	Entidade	Assunto
21-CAE-XIII	2016-05-17	Deputada ao Parlamento Europeu, Maria João Rodrigues	Audição da deputada ao Parlamento Europeu, Maria João Rodrigues
20-CAE-XIII	2016-04-26	Min. dos Negócios Estrangeiros Deputada ao Parlamento Europeu, Maria João Rodrigues	Audição Parlamentar ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do regimento da Assembleia da República
19-CAE-XIII	2016-04-19	Juiz João Sant' Anna	Audição da personalidade indicada pelo Governo para o cargo de Juiz nacional no Tribunal Geral da União Europeia, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 7.º-A, da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, Lei que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República, no âmbito do processo de Construção da União Europeia [conjunta com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias]
18-CAE-XIII	2016-04-19	Juiz Ricardo Manuel Correia da Silva Passos	Audição da personalidade indicada pelo Governo para o cargo de Juiz nacional no Tribunal Geral da União Europeia, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 7.º-A, da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, Lei que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República, no âmbito do processo de Construção da União Europeia [conjunta com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias]
17-CAE-XIII	2016-04-19	Juiza Maria José Costeira	Audição da personalidade indicada pelo Governo para o cargo de Juiz nacional no Tribunal Geral da União Europeia, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 7.º-A, da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, Lei que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República, no âmbito do processo de Construção da União Europeia [conjunta com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias]
16-CAE-XIII	2016-03-29	S.E. dos Assuntos Europeus	Audição após o Conselho europeu de 17 e 18 de março de 2016 (alínea f), do artigo 4.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, com alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio)
15-CAE-XIII	2016-03-03	Min. dos Negócios Estrangeiros S.E. dos Assuntos Europeus	Audição no âmbito da discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2016
14-CAE-XIII	2016-03-01	Tribunal de Contas Europeu	Apresentação do Relatório Anual do Tribunal de Contas Europeu referente ao exercício de 2014 e Relatório Especial n.º 18/2015 sobre "A Assistência financeira prestada a países em dificuldades"
13-CAE-XIII	2016-02-24	S.E. dos Assuntos Europeus	Audição após Conselho Europeu (alínea f), do artigo 4.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio)

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

N.º	Data	Entidade	Assunto
12-CAE-XIII	2016-02-16	Comissário Europeu responsável pela Ajuda Humanitária e Gestão de Crises, Christos Stylianides	Audição Pública sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016 - Não é o momento de continuarmos como dantes [COM(2015)610]
11-CAE-XIII	2016-02-11	Embaixador da Dinamarca	Audição do Embaixador do Reino da Dinamarca, a convite requerido pelo Grupo Parlamentar do PS, com vista a permitir que possa apresentar na Assembleia da República o seu ponto de vista através dos seus representantes diplomáticos, sobre as alterações que foram objeto de deliberação do Parlamento dinamarquês no dia 26 de janeiro
10-CAE-XIII	2016-02-10	Min. da Administração Interna	No âmbito do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD com o objetivo de acompanhar os mais recentes desenvolvimentos relativos aos fluxos migratórios e à integração dos migrantes e refugiados em Estados-Membros da União Europeia
9-CAE-XIII	2016-02-02	Embaixadora do Reino Unido, Kirsty Isobel Hayes	Audição da Embaixadora do Reino Unido em Portugal, Kirsty Hayes, sobre as reformas da União Europeia propostas pelo Primeiro-Ministro do Reino Unido, David Cameron, constantes da carta enviada ao Presidente do Conselho Europeu, ao Presidente do Parlamento Europeu, ao Presidente da Comissão Europeia e a todos os Chefes de Estado e de Governo da União Europeia e sobre o futuro referendo no Reino Unido
8-CAE-XIII	2016-02-02	Dr. Nuno Filipe Abrantes Leal da Cunha Rodrigues - Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa	Audição da personalidade indicada pelo Governo para o cargo de Juiz nacional no Tribunal Geral da União Europeia, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 7.º-A, da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, Lei que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República, no âmbito do processo de Construção da União Europeia [conjunta com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias]
7-CAE-XIII	2016-02-02	Dra. Maria de Fátima dos Reis da Silva - Juiz de Direito	Audição da personalidade indicada pelo Governo para o cargo de Juiz nacional no Tribunal Geral da União Europeia, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 7.º-A, da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, Lei que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República, no âmbito do processo de Construção da União Europeia [conjunta com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias]
6-CAE-XIII	2016-02-02	Dra. Ana Cristina Martins Nunes da Silva - Procuradora da República	Audição da personalidade indicada pelo Governo para o cargo de Juiz nacional no Tribunal Geral da União Europeia, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 7.º-A, da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, Lei que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República, no âmbito do processo de Construção da União Europeia [conjunta com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias]

N.º	Data	Entidade	Assunto
5-CAE-XIII	2016-01-29	Erik Solheim, Presidente do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE	Apresentação do Relatório Interpares «Desenvolvimento e Cooperação» sobre Portugal
4-CAE-XIII	2016-01-19	Embaixador dos Países Baixos, Bijl de Vroe	Audição para apresentação dos objetivos e prioridades da Presidência dos Países Baixos do Conselho da União Europeia
3-CAE-XIII	2016-01-12	Gabinete de Informação do Parlamento Europeu em Portugal	Troca de impressões sobre futura articulação
2-CAE-XIII	2015-12-22	Min. dos Negócios Estrangeiros S.E. dos Assuntos Europeus	Audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Augusto Santos Silva, na sequência da realização do Conselho Europeu de 17-18 de dezembro de 2015 e abordagem da Estratégia Global da União Europeia em Matéria de Política Externa e Segurança
1-CAE-XIII	2015-11-24	Representação da Comissão Europeia em Portugal	Troca de impressões sobre futura articulação entre o Parlamento Português, designadamente a Comissão de Assuntos Europeus e a Representação da Comissão Europeia em Portugal

Anexo IV
Audiências

Nº	Entidade	Assunto	Data da Audiência
13-CAE-XIII	Embaixador da Eslováquia	Audiência do Senhor Embaixador da Eslováquia, Jozef Adamec	2016-06-17
12-CAE-XIII	Frans Timmermans	Audiência do Senhor Vice-Presidente da Comissão Europeia, Frans Timmermans	2016-05-19
11-CAE-XIII	Delegação do Parlamento Federal da Alemanha	Audiência a uma delegação do Parlamento Federal da Alemanha	2016-05-03
10-CAE-XIII	Embaixador da República da Moldávia, Dumitru Socolan	Audiência do Embaixador da República da Moldávia, Dumitru Socolan	2016-04-19
9-CAE-XIII	Vice-Ministro (adjunto) dos Negócios Estrangeiros da Geórgia, Sr. Gigi Gigiadze	Encontro para apresentação de cumprimentos e Assuntos Europeus em geral	2016-04-11
8-CAE-XIII	Comissário Europeu para a área da Saúde e Segurança Alimentar - Vytenis Andriukaitis	Audiência ao Comissário Europeu para a área da Saúde e Segurança Alimentar Vytenis Andriukaitis	2016-04-08
7-CAE-XIII	Ministro-Adjunto para os Assuntos Europeus da Grécia, Nikos Xydakis	Audiência do Ministro-adjunto para os Assuntos Europeus da Grécia	2016-03-08
6-CAE-XIII	Embaixadora da República da Turquia em Portugal	Visita de cortesia	2016-02-11
5-CAE-XIII	Secretário de Estado dos Assuntos Europeus italiano	Audiência sobre Assuntos Europeus em geral	2016-01-21
4-CAE-XIII	Embaixadora da Grécia	Visita de cortesia - apresentação de cumprimentos	2016-01-20
3-CAE-XIII	Embaixador dos Países Baixos, Bijl de Vroe	Preparação para a audição, em Comissão, de dia 19/01/2016	2016-01-07
2-CAE-XIII	Guillermo Farinás - Galardado com o Prémio Sakharov em 2010 Gabinete de Informação do Parlamento Europeu em Portugal	Visita a Portugal por ocasião do Dia Internacional dos Direitos Humanos, do Sr. Guillermo Farinás - apresentação de cumprimentos	2015-12-10
1-CAE-XIII	Embaixadora da Lituânia em Londres, Asta Skaisgiryte	Apresentação de cumprimentos	2015-11-25

Anexo V
Cooperação Interparlamentar/Representação

Data da Deslocação	Designação	Local
De 2016-09-07 a 2016-09-08	Conferência Interinstitucional sobre o futuro financiamento da União Europeia	Berlim
De 2016-09-02 a 2016-09-04	PESC / PCSD	Bratislava
De 2016-07-10 a 2016-07-11	Reunião de Presidentes de Comissões de Assuntos Europeus da COSAC	Bratislava
De 2016-06-12 a 2016-06-14	LV COSAC	Haia
2016-05-31	Almoço Nórdico	Residência Embaixadora da Finlândia, Lisboa
De 2016-04-06 a 2016-04-08	PESC / PCSD	Haia
2016-03-07	Almoço de trabalho com Secretário de Estado dos Assuntos Europeus Britânico, David Lidington	Residência Embaixadora Britânica, Lisboa
De 2016-02-16 a 2016-02-17	Semana Parlamentar Europeia: Reunião sobre o Semestre Europeu e Reunião Interparlamentar ao abrigo do artigo 13.º do pacto orçamental	Bruxelas
De 2016-02-07 a 2016-02-08	Reunião de Presidentes de Comissões de Assuntos Europeus da COSAC	Haia
De 2015-11-29 a 2015-12-01	LIV COSAC	Luxemburgo
2015-11-19	Reunião Interparlamentar subordinada ao tema "The future institutional evolution of the Union. Reinforcing the parliamentary scrutiny of the EU governance"	Bruxelas



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Anexo VI

Eventos

Data do Evento	Assunto	Local
2016-06-21	Conferência Comemorativa dos 30 anos da adesão de Portugal à CEE	Sala do Senado
2016-03-29	Conferência “A Estratégia Global da União Europeia sobre Política Externa e de Segurança”	Sala do Senado